



PROFETISMO EM TEMPOS DE PÓS

Análise de Conjuntura Eclesial apresentada ao CONSEP, reunião de agosto
2024

INAPAZ¹

Nossos passos até agora

1. Nunca é demais recordar que, neste quadriênio, as análises de conjuntura eclesial obedecem às lógicas da continuidade e ampliação, em um intercâmbio de conteúdos oferecidos pelo INAPAZ e as reações, os questionamentos e os destaques apresentados pelos bispos. Foi com base a esses princípios que se completou o chamado *primeiro bloco de reflexões*, encerrado quando da apresentação ao Conselho Permanente de junho de 2024. Naquele primeiro bloco, algumas ideias se firmaram, ainda que sempre seja necessário voltar a elas em vista de melhor compreensão e aplicação. São afirmações que se mantêm e que agora se alargam com esse novo ciclo que se inicia. Essas afirmações são, em resumo, as seguintes:

1.1 O Brasil vive um *novo ethos religioso*, diferente do que até recentemente vinha marcando a relação do brasileiro com a religião em geral e especificamente com o catolicismo.

¹ A equipe do INAPAZ é atualmente composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Jânison de Sá Santos, Pe. Manoel de Oliveira Filho, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz e Pe. Waldecir Gonzaga.





1.2 Esse *ethos* se caracteriza por forte processo de individualização da vida em geral e de modo especial da vivência religiosa.

1.3 Por sua vez, a individualização tende a apresentar duas consequências na específica esfera religiosa, embora as mesmas características possam ser observadas em outros setores da vida:

1.3.1 Transferência do âmbito de atuação da experiência religiosa, a qual é remetida da esfera pública para a esfera privada.

1.3.2 Seleção cada vez mais aguda dos conteúdos a serem acolhidos e praticados, por um lado, com dificuldade para aceitação dos princípios morais e sociais, e, por outro, com adesão a propostas religiosas que se voltam para questões pessoais, individuais, afetivas e patrimoniais.

1.4 Trata-se de um processo contínuo e aceleradamente em transformação, deixando a sensação de que superar continuamente as compreensões obtidas.

1.5 Em face desse novo *ethos* e de sua aceleração constante, emerge uma espécie de *descompasso* pastoral, em que os estilos predominantes de concretizar a ação evangelizadora enfrentam dificuldade para dialogar com esse *ethos*.

1.6 Dois aspectos se destacam nesse *descompasso*:

1.6.1 A transmissão da fé já não se dá mais pelos mecanismos usuais de outras épocas, exigindo investimento urgente na iniciação à vida cristã.





1.6.2 Pastorais que se constroem a partir das consequências da fé, embora lidem com questões humanas e socioambientais urgentes e irrenunciáveis, já não possuem o fôlego de outros momentos.

1.7 Na lacuna, emergem soluções emergenciais que, centradas principalmente na piedade popular, com novenas e afins, aliadas algumas vezes a uma espécie de retorno a um estilo pré-conciliar de viver, presente, entre outros aspectos, na linguagem, na doutrina, na estética, na dificuldade para pastoral de conjunto.

1.8 Por fim, tem sido possível constatar, na contrapartida da forte individualização, um igualmente forte processo de *desinstitucionalização*, no qual a incidência sociocultural das instituições perde cada vez mais fôlego, deixando espaço para que pessoas, em seus próprios nomes, tenham mais incidência do que as grandes instituições.

A perplexidade de nossos tempos

2. É, portanto, em um contexto como esse que a Igreja é chamada a se fazer presente, anunciando a “alegria do Evangelho”, como fonte de esperança, paz, justiça socioambiental, amizade social, diálogo e tudo mais que, de algum modo, seja manifestação da presença do Reino de Deus em meio a pessoas e povos. Esta consciência a Igreja não a perde, uma vez que seu garante é o Espírito Santo. Tal garantia, contudo, não impede a Igreja de se experimentar perplexa diante de alguns contextos em que a ausência de clareza quanto aos rumos do agir se manifestam mais fortes. Podemos dizer que estamos em um momento desses.





3. Isso acontece porque já não se trata mais de um ambiente apenas plural, mas da afirmação cada vez mais aguda de que cada aspecto da pluralidade, embora específico, pontual, carrega em si a *pretensão de universalidade*, de totalidade, reduzindo a importância dos demais aspectos ou, mais grave, transformando-os em opositores e mesmo inimigos. Com isso, o desafio já não é mais apenas viver na pluralidade, conviver com ela, mas, em algumas situações, sobreviver a ela.

4. O fato novo, portanto, consiste na compreensão da pluralidade dentro de uma *lógica não relacional* e com forte pretensão de universalidade. Em consequência, uma causa que em si é válida e deve ser assumida acaba sendo vivenciada não como uma entre outras, mas como a única, embora na maioria das vezes não se explicitasse desse modo.

5. Apesar de cada aspecto fazer parte de um único e grande desafio, temos assistido a uma espécie de individualização das pautas, em que os empenhos de determinado setor acabam por ganhar um rosto de universal, como se todas as pelejas se reduzissem a apenas uma, a de cada indivíduo. Tais universalizações adquirem um caráter lógico, a partir do qual qualquer postura em contrário acaba por sofrer uma espécie de satanização, ou seja, de rejeição e, reiterando, combate. Este individual universalizado forma, portanto, bolhas que, à semelhança de um antigo brinquedo em velhos parques, as pessoas conduziam carros elétricos no intuito de bater nas outras, evitando, porém, serem atingidas. As bolhas de compreensão e vivência social agem como se fossem esses carinhos de bate-e-volta.

6. Em um contexto como esse, desaparece ou pelo menos se reduz a níveis imperceptíveis a incapacidade de ver no diferente um elemento a complementar, a enriquecer, na certeza de que causa alguma pode ter a pretensão de se considerar a única, com exclusão das demais. Por certo,





quando, por exemplo, nos colocamos em situações em que a vida, em todas as suas instâncias, é posta em risco, a primazia é chamada a emergir com todo vigor. Contudo, essa primazia haverá de ser sempre vivenciada e consolidada a partir da comunhão entre os diferentes em um contexto altamente plural, no qual, porém, os diversos são chamados à comunhão. Sem essa comunhão em meio à pluralidade, a identidade evangélica se enfraquece, com o risco de se ver submetida a outras identidades, em uma inversão desafiadora para a ação evangelizadora de nossos dias.

O atual momento marcado por tantos pós

7. Como sabido, estamos em um período de transformações profundas, estruturais, a ponto de, repetindo a conhecida expressão, estarmos vivendo uma *mudança de época*. Há, de fato, quem afirme que já não estamos em uma mudança de época. Para isso, apresentam duas considerações. De um lado, há quem afirme que não existem rupturas substanciais para se afirmar que as configurações socioculturais de antes já não existem mais. De outro, há os que insistem que estamos diante de uma radical afirmação do sujeito individual, próprio da modernidade filosófica, tal qual a conhecemos desde as transformações ao redor do século XVI. Como se percebe, são dois extremos a tentar explicar a mesma situação. Um extremo afirma que nada mudou e o outro, por sua vez, afirma que tudo está mudado. A hipótese que tem norteado as análises aqui apresentadas prefere se manter dentro do conceito de mudança de época, ou seja, de passagem, em que, por um lado, o sujeito individual crescentemente se firma e se afirma, mas, por outro, essa afirmação tende a ser também cada vez mais excludente da alteridade. Valores como relação, comunhão, alteridade, embora até mencionados, acabam sendo relegados ao segundo plano.





8. Por certo, o cotidiano não é inteiramente desprovido de comunhão, fraternidade e solidariedade. Embora vejamos emergir situações assustadoras de desrespeito e agressão à vida, também assistimos a grandes expressões de generosidade, abnegação e gratuidade. As catástrofes gaúchas do início desse ano foram exemplos dessas duas situações ². Outros tantos exemplos podem ser dados no Brasil e mundo afora. Importa, no contexto desta análise, perceber que, diante da forte individualização, as ações de generosidade tornam-se exceções, pois o comportamento padrão é o da bolha individualizante e excludente, ainda que as sequelas sejam grandes e graves. A existência da abnegação não deixa de ser reconhecida. Ela, contudo, tende a ser vista como exceção a um padrão comportamental que, pelo menos no momento, tende a se firmar, qual seja o da crescente individualização de pautas. Em processos assim, os conflitos tendem a ganhar maior valorização e, com a ajuda dos diversos modos de comunicação, em especial as redes sociais, acabam por ganhar destaque e proeminência, ainda que talvez numericamente nem sejam tantos. Passam, contudo, a serem vistos como comportamentos padrão. Se me identifico com a cor azul, acabo me tornando incapaz de aceitar até mesmo os arroxeados, esquecendo-me de que o azul está presente na composição da cor roxa. E isso é só uma metáfora!

9. Nosso tempo tende a fragilizar as parcerias, as solidariedades, os vínculos fortes e harmônicos entre pessoas e grupos que pensam e sente diferentemente. O oposto ocorre com idêntico vigor, Os iguais se aproximam e confinam. Mesmo com tal limitação, o INAPAZ se pergunta se não estaremos vivendo um tempo de enfraquecimento dos laços e conexões sociais, um período de fragilização das redes de sociabilidade, em que as pessoas estão

² Por exemplo: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/08/estupros-abrigos-prisoec-chuvas-rs.htm>. Também: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/golpes-saques-e-fake-news-os-atos-criminosos-em-meio-a-tragedia-no-rs#google_vignette. Acessos em 7 de agosto de 2024.





fisicamente próximas, superando tecnologicamente limites de tempo e espaço, porém distantes na capacidade de se integrarem em vista da paz e do bem comum. A complexidade do mundo atual traz à tona inúmeras formas de agressão à vida, de desrespeito ao ser humano e ao meio-ambiente. Preocupa, no entanto, a hipótese de que os enfrentamentos a essas causas não estejam sendo capazes de se unir, de se articular e, respeitando por certo as peculiaridades de cada um, se integrarem em vista de uma transformação mais ampla da realidade, uma transformação global. Mantida, portanto, a noção de *mudança de época*, há de se levantar a hipótese de que uma nova época só poderá assim ser considerada quando a interação for o princípio maior a gerir os esforços em busca do bem comum e da paz. Em nome do Evangelho, não é possível aceitar como estabelecida uma configuração sociocultural em que o fechamento em torno de si mesmo seja o critério maior, em que a belicosidade, o embate e a destruição sejam os valores maiores a gerirem a existência. Só o caminhar em comum, com a soma dos sonhos e das lutas, será capaz de construir uma nova época histórica. Antes disso, a hipótese de *mudança de época* permanece como um desafio à incidência sociocultural de nossa ação evangelizadora.

Um tempo de muitos “pós”

10. A hipótese de que ainda estamos em um período histórico de mudança epocal pode ser corroborada exatamente pela terminologia que vem sendo utilizada, especialmente nos últimos anos, em que, ao não se saber o que é, identifica-se pelo que não é. Esses são, portanto, tempos do *pós*, com suas várias aplicações, das quais, sem dúvida, o mais utilizado é o termo *pós-modernidade*, indicador de que a ufanía antropocêntrica e racionalizante própria do século XVI experimentou seus efeitos colaterais e, por





consequência, seu esgotamento. A consequência, como sabemos, se deu pela ênfase na pluralidade, na diversidade e na desconstrução de conceitos tradicionais.

11. Enquanto a tecnologia apresentava bases para que se compreendesse e, mais ainda, se buscasse um mundo *pós-industrial*, com ênfase em uma economia baseada em serviços, tecnologia e informação, outras formas do mesmo *pós* vêm se firmando como sustento para a compreensão de um real em aguda ebulição. São termos que refletem as transformações experimentadas nos diversos campos do conhecimento e da vida social, sugerindo novas formas de pensar e interpretar o mundo após transformações significativas. Dentre esses termos, é possível destacar o termo *pós-verdade*, ao qual se recorre aqui como ajuda para a compreensão de algumas características do tempo atual.

12. Com destaque maior na última década, o nascedouro de tal expressão pode ser encontrado no início dos anos 1990, quando o roteirista, dramaturgo e jornalista norte-americano Steve Tesich, em um artigo para a revista *The Nation*, utilizou o termo para descrever como a verdade factual havia se tornado secundária em relação às emoções e crenças pessoais. Ao longo da década de 2010, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, nos contextos do Brexit e das eleições presidenciais respectivamente, o termo se tornou mais conhecido e aplicado. Ele se refere a circunstâncias em que os fatos objetivos têm menos influência do que apelos à emoção e às crenças pessoais. As narrativas emocionais e subjetivas tendem a prevalecer sobre a veracidade factual. Em consequência, a informação que ressoa emocionalmente com o público tende a ser mais influente do que as evidências factuais. Em tudo isso, não se pode negar o papel das mídias sociais e das plataformas digitais, que têm facilitado a rápida disseminação de notícias, em geral baseadas no que se sente, mais do que na base factual.





Um contexto, altamente individualizado torna-se, desse modo, ambiente propício para esse tipo de narrativa.

13. Esta pós-verdade está frequentemente associada ao aumento da polarização política e social, onde as pessoas buscam informações que confirmem suas crenças preexistentes, rejeitando ao mesmo tempo, todas as compreensões interpeladoras por afirmarem o diferente ou o oposto. A mútua alimentação entre pós-verdade e polarização é inegável, gerando as já mencionadas bolhas ideológicas, verdadeiras bolhas de sobrevivência sociocultural, geradoras de conflitos em todos os âmbitos da vida, inclusive no religioso. São consequências muito graves para a confiança pública nas instituições, as quais são abertamente atacadas quando suas manifestações ou seus posicionamentos não se encaixam com as mencionadas convicções individuais.

14. Não se nega aqui que as instituições possam apresentar limites quando se posicionam diante das grandes questões da vida. Afinal, as instituições são compostas de pessoas e comunicar é um ato mais complexo do que se possa imaginar. Para esta análise, importa reiterar que o simples fato de ser uma instituição a se manifestar, já faz com que se entre em campo com placar negativo. Se houve épocas em que as falas da CNBB tinham força suficiente para as manchetes dos grandes jornais ³, em nossos dias, as falas são expostas nas redes sociais a partir de discordâncias absolutas, ou seja, com a afirmação de que a fala institucional da Igreja está errada e, por consequência, não deve ser ouvida nem muito menos seguida. Embora sejam manifestações diretamente ligadas a um tema específico, tais manifestações trazem o risco

³ LACERDA, Eliane Muniz; DIAS, Robson; GOMES, Victor Márcio Laus Reis - A CNBB como promotora de notícia e fonte de informação da Igreja Católica no jornalismo, em: Estudos de Religião, v. 32, n. 1 • 25-44 • jan.-abr. 2018





de deixar a impressão de que todas as manifestações institucionais são obsoletas e não recomendáveis, porque – reiterando – a dimensão institucional, para além do individual pós-verdade é, em si, não (mais) aceitável.

15. Por certo, uma manifestação institucional, ainda mais da Igreja nunca poderá ser compreendida como cerceamento do pensamento livre, rejeição ao contraditório ou desconsideração a respeito de prismas diferentes para a mesma questão. Importa, todavia, observar que, em tempos de pós-verdade, o *nós* se desbotou no *eu* de tal forma passionalizado, que não se teme mais questionar não apenas uma ou outra manifestação institucional, mas, na verdade, a instituição como tal e sua credibilidade. Pessoas e individualidades grupais são colocadas acima do conjunto. Se, por um lado, de fato, instituições podem não compreender adequadamente determinadas questões, nem por isso, entretanto, a fala institucional torna-se desprovida de total valor.

O inevitável profetismo

16. Se, por um lado, o atual momento da história mundial torna desafiadora a manifestação das grandes instituições, incluindo aqui as manifestações da Igreja, nem por isso, a mesma Igreja pode se abster de se fazer presente e dar sua contribuição para que o Reino de Deus se manifeste em meio às mazelas cotidianas. Opções pastorais de regresso ao doutrinarianismo ou a um espiritualismo individualizante ferem gravemente a consciência eclesial que emergiu a partir do Vaticano II, ratificada pelos pontificados posteriores e, em termos de América Latina, pelas Conferências Continentais. A Igreja “não pode ser alheia aos grandes sofrimentos que vive a maioria de nossa gente e





que com muita frequência são pobreza escondidas. Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas suas necessidades concretas, para que todos alcancem a plenitude que Jesus Cristo oferece" (Dap 176). Na fidelidade a Jesus Cristo (LG 1), a Igreja é vocacionada a promover os valores do Reino de Deus, mostrando onde esses valores acontecem e alertando diante de situações em que tais valores não são respeitados. Essa missão é inalienável, irrenunciável. Com isso, a Igreja, como bem sabemos, deverá sempre evitar duas atitudes. De um lado, não poderá simplesmente se isentar das grandes questões humanas (GS 1). De outro, não poderá se identificar de tal modo com as compreensões dos problemas humanos que já não tenha mais uma mensagem salvífica a transmitir. Evitar esses dois extremos é, sem dúvida, uma posição desafiadora. Por isso é algumas vezes compreendida como absentismo voltado para o ilusório conforto de quem se assenta sobre muros a contemplar as moléstias da humanidade, contentando-se em tudo classificar como ignorância religiosa. O compromisso evangelizador é, ao mesmo tempo, solidário e crítico. Vive em contínuo discernimento, na busca da fidelidade ao Mestre e Senhor. Não falar, não se manifestar, não alertar são formas de uma omissão que agride muito diretamente essa dimensão a que costumamos chamar de profética na vivência de nossa fé. Afinal, disse o poeta: "Tenho que falar. Tenho que gritar. Ai de mim se não o faço!" Se, por um lado, o cristianismo se encarna nas culturas, por outro, não o faz com total identificação. Discerne os valores do Reino, estimulando o que deve ser estimulado e interpelando o que deve ser interpelado. Esta é a sua identidade escatológica, contracultural, profética.

17. Historicamente, a vivência desse profetismo teve diferenciadas formas, das quais os mártires dos primeiros séculos são referência irrenunciável. A partir deles, os mártires de todos os tempos questionam as formas de presença da





Igreja junto às sociedades, junto às culturas, pedindo sempre por sensibilidade diante das agressões à vida em todas as suas instâncias. Os processos de redemocratização do Brasil são devedores também do que se convencionou chamar de “função tribunícia” da Igreja, voz dos que não tinham voz, defensora da vida. Enfim, cada tempo possui seus desafios e pede da Igreja adequação ao modo como exerce sua presença pública, ou seja, sua manifestação diante dos grandes desafios humanos e sociais do contexto onde está inserida. Importa, como se costuma dizer, não perder o profetismo, isto é, nem se afastar de tal modo da realidade que se torne irrelevante diante dela, nem se identificar tanto a ponto de igualmente se tornar irrelevante. Nos dois extremos, afastamento e identificação, a neutralidade é ilusória, sendo, na verdade, contribuição para que a anti-vida se perpetue.

18. O desafio, portanto, consiste em discernir sobre os caminhos pelos quais o profetismo haverá de passar. A mera transposição de estilos não é suficiente. Se modos de proceder são válidos em um contexto, é necessário pelo menos nos perguntarmos se permanecem vigentes quando os contextos são outros. Caso permaneçam, serão os únicos ou necessitarão de outras formas de agir igualmente proféticas? Essa pergunta tem sua importância na medida em que o atual contexto, marcado pela pós-verdade e por suas decorrentes polarizações, com as bolhas se batendo mutuamente, está solicitando uma espécie de compreensão mais ampla do profetismo, com diversas vertentes. Daí a indagação que dá título a essa análise: como ser profeta em tempos de tantos pós?

Um profetismo que vai às raízes





19. Ao mencionar os prognósticos para a ação evangelizadora no Brasil, as anteriores análises de conjuntura eclesial destacaram bastante o que se tem ultimamente chamado de *comunidades eclesiais missionárias*. As incompreensões conceituais e a confusão com os pilares não são capazes de superar a intuição que, pelo menos desde Aparecida, tem marcado as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora na Igreja do Brasil. Sendo uma das cinco urgências evangelizadoras no período entre 2011 e 2019, essas comunidades se tornaram, com as DGAE 2019, a prioridade única. Isso significa que, para além de todos os meios de experiência eclesial que se possa discernir, os vínculos primários existentes nas pequenas comunidades são a base humana indispensável para que se ultrapasse as barreiras do individualismo de nosso tempo. Em tempo de crise de sociabilidade, essas pequenas comunidades são lugar efetivo para o enfretamento das narrativas brotadas a partir de interesses outros que não a paz, a vida e o bem comum. São firmes instrumentos para quebrar as bolhas polarizantes.

20. Não são, contudo, apenas instrumentos sociais, exigências do atual momento. Ao contrário, identificam-se plenamente com o mais profundo da novidade cristã, em que a experiência primitiva da igreja nas casas, com tudo o que ali ocorria, era a peculiaridade do novo que o Espírito do Ressuscitado suscitava (DGAE 76-81). Assim, as comunidades eclesiais missionárias, ou seja, as pequenas comunidades em suas variadas configurações e espiritualidades, são um caminho sólido para o profetismo. “Em um mundo de violência e ódios crescentes, com o acirramento das polarizações e a destruição como resposta aos problemas, as comunidades eclesiais missionárias, através de relacionamentos fraternos profundos, iluminados pelo Evangelho, são profeticamente locais de reconciliação, perdão e resiliência” (DGAE 137). “Abrir as portas para acolher os irmãos e as irmãs é um sinal profético em um mundo no qual o individualismo, o medo da violência e o predomínio das





relações virtualizadas, e no qual os espaços físicos das casas se tornam cada vez menores e menos vivenciais. Nesse contexto, ser comunidade é, em si, profecia" (DGAE 130).

Como ser profeta da verdade em tempos de pós-verdade?

21. Além da prioridade evangelizadora que aponta para as pequenas comunidades, outros aspectos dizem respeito ao profetismo em nossos dias. São vários e nem todos podem ser listados nesse momento da análise de conjuntura apresentada ao CONSEP de agosto 2024. Dentre os principais, contudo, destacam-se as manifestações institucionais da igreja e sua a missão mediadora.

22. As manifestações institucionais dizem respeito às notas, pareceres e outros instrumentos indispensáveis nos momentos mais agudos. Diante do iminente risco de agressão à vida em suas variadas formas desde a concepção até a morte natural, o silêncio se iguala à convivência. É preciso falar e essa fala cabe a cada batizado e batizada, mas cabe também à instituição como um todo e, no caso da Igreja no Brasil, à CNBB. É por isso que estatutariamente tal forma de manifestação encontra-se regulamentada ⁴.

23. Tais manifestações ou pronunciamentos vêm se tornando mais difíceis diante do acirramento do contexto de pós-verdade. Por isso, duas atitudes devem ser cada vez mais consideradas. Em primeiro lugar, às instituições cabe uma forte revisão de suas manifestações e a certeza de que inevitavelmente receberão críticas de quem são se sentir plenamente contemplado. Em segundo lugar, cabe reconhecer que, nos embates cotidianos próprios de um

⁴ Estatuto Canônico da CNBB, especialmente os artigos 29, 37 d, 51 k, 62.





ambiente de pós-verdade, os chamados conflitos de valores adquirem conotações muito fortes. Isso ocorre quando duas ou mais perspectivas acabam entrando em rota de colisão, gerando uma situação onde a aceitação de uma perspectiva acaba por prejudicar a outra. São sempre situações angustiantes, das quais atualmente a mais aguda é a que confronta os direitos do nascituro com os da mãe.

24. Nesses casos, a hipótese aqui apresentada é a de que à função tribunícia da Igreja se acrescente uma outra: a função *mediadora*. Se, algumas vezes, as vozes não se conseguem fazer ouvir, cabe à Igreja tribunicamente falar por elas. Se, em outras vezes, as vozes não conseguem se fazer ouvir mutuamente, a Igreja deve ser o canal de comunicação, a ponte para o diálogo, a escuta e o discernimento. Com base nos valores que ela sabe não poder abrir mão, a Igreja de nossos dias é chamada a se fazer ponte por onde as diferentes compreensões passem rumo à ágora do diálogo, o “pátio dos gentios”, no qual, ainda que gradativamente, o consenso seja encontrado e a vida preservada em todas as suas instâncias. No encontro, no convívio, na escuta mútua, o Espírito se faz presente e, ao que tudo indica, este é um tempo em que a Igreja, notadamente em suas instituições, respeitados os níveis de competência, é vocacionada a ser *ponte*, mais do que apenas emissora de uma verdade que socioculturalmente não é aceita, mesmo que se prove estar correta. Por que não convidar os grupos que, a partir de visões diferentes, lidam com as diversas questões desafiadoras de nosso tempo, colocá-los não em um rigue, mas em uma roda de conversa, mediando a escuta, permitindo falas, desabafos, transformações de improérios em consensos? Não é isso também a sinodalidade de que tanto se fala em nossos dias?

25. Em terceiro lugar, tudo indica que um detalhe a deve ser considerado sempre mais nestes tempos em que a opções pessoais organizadas em bolhas conduzem à polarização e à beligerância. Trata-se de a Igreja, também aqui





especialmente em suas instituições mais relevantes, *agir de forma preventiva ou proativa*. Como se costuma dizer, uma vez derramado o leite, sobra limpar o fogão, ou seja, surgido o problema, a Igreja deve, como indicado antes, se pronunciar alertando para os riscos em curso. Por isso, nosso tempo indaga insistentemente pelos motivos de aguardar as questões quando o acompanhamento cotidiano exige agir preventivamente. Não é este um tempo propício para *primeirrear*? Fortalecida pela milenar experiência pastoral e por sua perícia em humanidade, com a ajuda possivelmente de observatórios especializados, a Igreja pode e deve se antecipar, propondo temas, organizando rodas de conversa, cedendo suas instalações e recursos, para que os que, em outro contexto não se encontrariam nem conversariam, possam fazê-lo em um ambiente seguro e pacífico.

26. As manifestações individuais dos últimos anos, com destaque para algumas mais recentes mostram que este é um tempo de urgência dialogal, uma urgência que implica convivialidade, pois só nos abrimos a quem conhecemos. Se os conflitos pedem diálogo, o diálogo pede convívio e, por sua vez, o convívio pede suscitadores, pessoas e instituições capazes de abrir espaços para que os diferentes se coloquem desarmadamente aptos à escuta. A experiência do Sínodo em curso, com o método da Conversação no Espírito, tem mostrado o quanto é possível avançar nesse caminho.

27. Em quarto lugar, a experiência tem mostrado que, serva do diálogo, a Igreja é chamada a valorizar e concretizar cada vez mais a experiência do falar em comum. Daí a importância de estimular a pactuação com outras forças da sociedade civil para enfrentamento dos graves problemas que exigem ação interdisciplinar e conjunta da sociedade. Este é um tempo para impulsionar formas de cooperação e amizade social, conforme proposto pela Fratelli Tutti, com as organizações da sociedade civil. É preciso cada vez mais buscar inspirações em iniciativas como o Pacto Global pela Educação,





proposto pelo Papa Francisco, e o Pacto pela Vida e pelo Brasil, protagonizado pela própria CNBB, junto com outras instituições brasileiras. Se houve um tempo em que a Igreja sabia e podia socioculturalmente falar apenas sozinha *ex cathedra*, a hipótese é a de que agora estamos em um tempo em que a fala também deve ser *ex colloquio mensam*.

Hipóteses a dialogar

28. Como indicado no início dessa análise, fechado o primeiro bloco de reflexões, é hora de avançar um pouco mais. A partir da constatação de um novo *ethos religioso brasileiro*, abordamos agora o contexto que aqui se convencionou chamar de *pós-verdade*, isto é, uma realidade sociocultural em que o sujeito radicalmente individualizado deseja que sua compreensão da realidade seja válida para todas as pessoas e todos os grupos. O risco será sempre o de propostas fundamentalistas, baseadas em uma pretensão fanática de universalidade impositiva. É nesse contexto e não em outro que a Igreja é chamada a anunciar a Boa Nova do Reino de Deus. É nesse contexto que ela é vocacionada a viver o seu *profetismo*. Confiante no Espírito que incansável e amorosamente a conduz, a Igreja é chamada a dar passos urgentes.

29. Outros aspectos devem ainda ser considerados e o serão na medida em que receberem indicação do CONSEP. Dentre esses aspectos, podem ser destacados:

29.1 O valor e os limites das manifestações individuais dos bispos. De alguma maneira já abordado no item 23, poderá retornar à reflexão com alguns detalhes a mais.





29.2 Os conflitos eclesiológicos subjacentes. É recomendável que este aspecto seja analisado em comunhão com a Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé.

29.3 O equilíbrio entre as manifestações universais e locais. No caso do Brasil, as manifestações em nível nacional e em nível regional. Este aspecto, contudo, é recomendável que se aguarde pelo menos o término da aula sinodal de outubro próximo (IL 98).

30. Da conversa durante a reunião do CONSEP de agosto 2024, surgirão questionamentos, correções e ajustes a serem refletidos e devolvidos no CONSEP do mês seguinte. Desse modo, o INAPAZ vai buscando cumprir sua missão. Por enquanto, importa concluir que as reflexões aqui apresentadas foram feitas em nível de hipótese. A interação com os bispos vai ajudar de modo que não se tenha aqui um discurso de especialistas, mas a expressão do que preocupa os bispos e dos caminhos que podem ser seguidos.

